

que “um grupo armado, comandado pelo coronel Piragibe e ten. cel. Vicente Osório de Paiva invadiu ontem as oficinas do jornal *A Tribuna*, danificando-as”. Ou: “O governador de Goiás ameaça dissolver à bala a Assembléia Constituinte”.

A 1º de julho de 1891, em visita ao Vesúvio, na Itália, esquecido, injustiçado, morria Silva Jardim, tragado pelo vulcão. Patrocínio teve uma frase lapidar: “Extraordinário o destino do grande brasileiro: até para morrer se converteu em lava”. Aquela não era a República de sua impenitente pregação: a 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolvia o Congresso, com o protesto isolado de Lauro Sodré, no Pará, e a atitude inicialmente difícil de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. A 23, ante uma crise que só poderia tentar resolver pelas armas, Deodoro renunciava, assumindo o governo o vice-presidente Floriano Peixoto, que encontrava o país angustiado e incerto sobre o destino do regime. O *Jornal do Brasil* começava a ocupar lugar especial na imprensa: José Veríssimo, como Sainte Beuve, faz a crítica literária nos rodapés das segundas-feiras; Constâncio Alves, aos domingos, escreve a resenha da semana. Surge a questão de posse pelo Estado dos bens das ordens religiosas; o jornal coloca-se contra o governo e o *Diário Oficial* assinala que “o *Jornal do Brasil*, na primeira campanha de repercussão desde seu aparecimento, contraria formalmente os interesses da República”. É interessante esse pronunciamento porque caracteriza a função do *Diário Oficial*, hoje entendido apenas como órgão de divulgação de atos oficiais, sem matéria redacional⁽¹⁷⁶⁾.

Nabuco voltava da Europa em junho; Sancho de Barros Pimentel cede-lhe a chefia da redação; Nabuco combate os adesistas ao novo regime e publica as séries de artigos: “Ilusões Republicanas”, e “Outras Ilusões Republicanas”, que despertam acalorados debates; o jornal é ameaçado. Como empresa, entretanto, vai bem: em setembro, chegam as máquinas

(176) Eis a seqüência da evolução do *Diário Oficial*: *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808 a 29 de dezembro de 1821), bissemanal até 3 de julho de 1821, três vezes por semana daí por diante; dirigida e redigida por frei Tibúrcio José da Rocha, até 1821; em 1813, dirigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, sucedido pelo cônego Francisco Vieira Goulart; declarava-se: “... não é contudo oficial; e o governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome”. — *Gazeta do Rio* (1º de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1822) — *Diário do Governo* (2 de janeiro de 1823 a 28 de junho de 1833, com duas fases, a primeira até 20 de maio de 1824 e a outra depois dessa data). — *Diário Fluminense* (21 de maio de 1824 a 24 de abril de 1831), dirigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, até 30 de abril de 1830, por Januário da Cunha Barbosa, daí por diante. — *Correio Oficial* (1º de julho de 1833 a 30 de junho de 1836 e de 2 de janeiro de 1830 a 30 de dezembro de 1840). De 31 de dezembro de 1840 a 30 de agosto de 1846, não houve jornal oficial. — *Gazeta Oficial do Império do Brasil* (1º de setembro de 1846 a 31 de julho de 1848), redigida por Francisco Otaviano de Almeida Rosa. — *Diário do Rio de Janeiro* (1º de junho de 1821 a 30 de outubro de 1878), fundado e dirigido, até 1822, por Zeferino